

MAS O CRESCIMENTO NÃO SERÁ GRANDE ESTE ANO

É a opinião de especialistas e da Fiesp: mesmo com o aumento de vendas no comércio, a economia não crescerá muito este ano. Talvez, nem em 83.

A economia brasileira já está em recuperação? Esta é uma pergunta de difícil resposta — as interpretações de entidades e de economistas sobre os quatro primeiros meses deste ano são divergentes. Veja:

• O Departamento de Economia da Fiesp, com base em levantamentos na indústria de São Paulo, afirma que não há recuperação, apenas uma queda menor da produção.

• Para o secretário estadual da Fazenda, economista Afonso Celso Pastore, a recuperação está evidenciada pelo crescimento do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), que passará a ser real, em bases acumuladas, a partir da metade do ano.

• O economista Paulo Rabello de Castro, redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, da Fundação Getúlio Vargas, acha que se vive um momento de indefinição quanto aos rumos da política econômica.

• O professor Celso Martone, da Fipe-USP, considera que houve uma recuperação do consumo, porém em grau muito inferior ao desejado pelas autoridades.

• Para o professor Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "os indicadores sugerem que a pior fase do ciclo deve terminar em março/maio", mas "isto não significa que a economia vá entrar numa fase de forte crescimento do produto industrial".

Pouca recuperação

Apesar das divergências quanto à data da retomada do processo de crescimento, a opinião de Contador (publicada no último número da **Conjuntura Econômica**) é compartilhada por todos: não se deve esperar uma grande recuperação da indústria, este ano, ou até em 83.

Segundo dizem todos, faltam condições favoráveis, internas e internacionais, para isso. Quanto à economia internacional, os especialistas brasileiros estão indecisos entre o pessimismo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o otimismo de Lawrence Klein (Nobel de Economia de 80) e o de Hebert Giersh (presidente do Instituto de Economia Mundial de Kiel), os dois prevendo uma recuperação econômica internacional a curto prazo, embora de sustentação incerta.

A economia brasileira está profundamente interligada à economia internacional: pelos empréstimos para fechar, sem déficit, a cada ano, o balanço de pagamentos; pelas compras do Exterior, indispensáveis para nos permitir saldo positivo na balança comercial; pelos preços das matérias-primas, cotados nas Bolsas internacionais e influenciados diretamente pelo nível da produção industrial em termos mundiais.

Novos problemas

Fatos novos como o confronto entre a Inglaterra e a Argentina acrescentam alguns problemas: qual será o resultado do conflito? Quais suas consequências? Será mais caro tomar empréstimos? O dinheiro fluirá na velocidade ne-

cessária? Pode haver declarações confortadoras, mas predomina a incerteza — não se pode ter segurança absoluta quanto aos próximos meses, do ponto de vista da captação dos dólares, principalmente por algumas empresas estatais cujos balanços deixam muito a desejar (veja-se o caso do BNDE, cujo presidente, Luís Sande, reclamou da dificuldade de tomar novos empréstimos externos na velocidade requerida).

A economia no primeiro quadrimestre é medida, portanto por um grau apreciável de incerteza. A recuperação tende a evidenciar-se no aumento do consumo, mas ainda é pouco confiável na indústria. Se as vendas ao consumidor crescem, os comerciantes fazem mais encomendas às indústrias, e estas, a partir de um certo momento, adquirem novas máquinas para produzir mais, passando a influenciar os setores pesados. Os serviços — comércio, transportes, bancos, informática, etc. — tendem a acompanhar a evolução da indústria, e provavelmente daí virão os primeiros sintomas mais claros de melhoria econômica.

Maior risco

Segundo Paulo Rabello de Castro, o maior risco atual é forçar uma recuperação sem bases reais. "A recessão de 81 — afirma — foi de caráter estritamente adaptativo às condições internacionais, determinadas pela conjunção energética de 73, oito anos atrás, portanto. 1982 marca um novo patamar que representa o limite de nossa capacidade produtiva, visto que existem capacidades produtivas fora do lugar. Se os empresários percebem que qualquer aumento de vendas é transitório, porque o País não tem **cash-flow** (fluxo de caixa) externo para suportar uma elevação aos níveis de 80, eles começam a reajustar preços, o que é uma postura típica do limite de capacidade. Daí o efeito inflacionário em pleno desemprego. Eu acho que, se o governo busca uma reanimação, ela será obtida. Resta saber: quem bater o escanteio será o mesmo a cabecear a bola? Se for, estar-se-á trocando 80 por 8."

Para Afonso Pastore, os resultados da política econômica, neste início de ano, são uma recuperação do nível de atividades e um **over-shooting** da inflação. Pastore acredita que a inflação verificada no primeiro trimestre não irá manter-se no segundo, porque o próprio aumento da produção se incumbir de exigir menores reajustes dos preços, que ficaram comprimidos com a recessão de 81 e foram elevados substancialmente no início deste ano.

Só indícios

Para o Departamento de Economia da Fiesp, "a divulgação dos indicadores macroeconômicos relativos aos primeiros meses do ano mostra que a simples mudança do ano civil não foi suficiente para gerar grandes alterações no panorama econômico do País: a inflação continua a declinar alguns pontos (na taxa de 12 meses), o superávit comercial amplia-se (também anualizado), mas a atividade indus-



Pastore e Martone concordam: aumentou o consumo de bens duráveis.

trial permanece em níveis excessivamente baixos, embora comece a apresentar não resultados positivos, mas alguns indícios de recuperação".

Na expectativa de Celso Martone, a redução do IOF nos financiamentos ao consumidor produzirá um estímulo que o governo desejava para que o País cresça de 4 a 5% este ano. O professor da Fipe-USP, porém, não prevê que o crescimento atinja esses percentuais. "Minha ideia era de no máximo 3% de crescimento para o PIB, embora a indústria vá dar mais. A despeito do estímulo recente ao consumo, eu ainda tenho muitas reservas quanto ao prognóstico de 4/5%".

A indústria

A perspectiva das variações na produção e na evolução dos indicadores macroeconômicos vem a seguir, segundo as opiniões dos entrevistados e ainda de outros economistas.

A recuperação industrial só seria evidente se se tomasse como base o nível mais baixo de produção — atingido em 81 — desprezando-se o fato de que, em bases anuais, os indicadores continuam fortemente negativos. O IBGE está com os dados atrasados (o último é de janeiro) e aponta para uma queda de 10,6% nos 12 meses terminados em janeiro, sobre os 12 meses anteriores. Esse cálculo é melhor do que a simples comparação entre o mês analisado e o mesmo mês de um ano atrás, evitando distorções.

Outras análises, que incluem índices de produção dessazonalizados, indicam:

a) **bens intermediários** — a queda está em menor ritmo, com -11% anualizados, devendo continuar negativa até o final do ano; faltam três meses para se chegar ao fundo do poço;

b) **bens de capital** — a queda também está em ritmo menor, com -25% anualizados, mas será negativa em todo o ano e o fundo do poço deverá estar atingido dentro de 3 ou 4 meses;

c) **bens de consumo durável** — apresentaram forte recuperação no segundo semestre do ano passado, embora com índices anualizados negativos; voltou a ocorrer um surto de queda no início de 82;

d) **bens de consumo em geral** — apresentaram comportamento se-

melhante aos dos bens de consumo durável, com queda prevista para o 2º trimestre de 82;

e) **indústria automobilística** — depois do nível crítico do 1º semestre de 81, recuperou-se até novembro de 81, quando voltou a apresentar queda;

f) **produção de lingotes** — há uma tendência crescente de produção, com recuperação de 28% na margem (em termos anuais, em fevereiro, a queda ainda era de 16%);

g) **consumo de energia elétrica** — apresentou uma forte recuperação até dezembro. Os dados do Departamento de Economia da Fiesp, conhecidos até fevereiro, são coincidentes com essa análise de economistas ligados à área pública. Comparando o 1º bimestre de 82 com o 1º bimestre de 81, a Fiesp indica que só dois setores — mobiliário e têxtil — apresentam crescimento positivo.

Para o economista Afonso Pastore, estão em recuperação os setores automobilístico, têxtil, alimentos, bebidas, eletrodomésticos e itens do consumo em geral. Sua constatação parte dos dados de arrecadação do ICM, o principal imposto estadual. O ICM começou a ser positivo, em termos reais, a partir de março, embora em termos acumulados o quadro só deva mostrar-se positivo a partir de meados do ano.

Para o economista Paulo Rabello de Castro, haverá uma retomada a partir dos duráveis, "até pelo nível de inflação". O redator-chefe da **Conjuntura Econômica** explica isso pelo desafogo do Imposto de Renda dos assalariados (há um aumento das devoluções).

Os serviços

As vendas a varejo em São Paulo, medidas pela Federação do Comércio, evoluíram 15,18% em março (veja matéria na página 13) sobre igual mês do ano anterior, mas, se tomado todo o trimestre, ainda há uma queda de 1,7% sobre o primeiro trimestre de 81, em termos reais (descontada a inflação). Trata-se de um dado sobre o qual há certa dúvida, porque o mês de março teve um grande número de dias úteis, mas não se pode afirmar que é um indicador desprezível.

Há uma nítida sensação de que o ponto mais baixo já foi superado:

a sensibilidade aponta isso nos transportes, dos táxis à aviação. O turismo está estimulado pelo aumento do limite de dólares que podem ser adquiridos à cotação oficial — de 1.000 para 2.000 dólares, com economia superior a Cr\$ 70 mil por pessoa (diferença entre o valor de 1.000 dólares no câmbio paralelo, antes da decisão, e o valor do dólar no câmbio oficial).

Quanto às instituições financeiras, continuam tendo um bom ano, embora Renato Rabello, vice-presidente de Finanças da Corporação Bonfiglioli, afirme que "o 1º semestre de 82 está sendo um pouco pior que o 2º semestre de 81". Há, segundo Rabello, soluções interessantes para os problemas de insolvência de empresas — casos de Confrio, Albornoz, Cimetal e, agora, Atalla. O governo tem auxiliado a montar o pacote financeiro para que essas empresas possam ser assumidas por seus credores, "o que ajuda o setor bancário e também o setor privado em geral a resolverem o problema".

A agricultura

Os resultados da agricultura estão comprometidos este ano, somando-se os preços baixos de nossas commodities no mercado externo (soja, cacau, açúcar, milho) com a violenta quebra na produção de café, estimada em 50% da produção (os preços, do café porém, estão satisfatórios no Exterior). O produto agrícola será negativo este ano ou, na melhor das hipóteses, terá crescimento zero. Como o peso da agricultura é pequeno na formação do PIB, não haverá uma grande repercussão, porém, nesse indicador principal.

A inflação

Há duas correntes principais que interpretam o crescimento da inflação no 1º trimestre de 82: para alguns, como o secretário da Fazenda de São Paulo, Afonso Celso Pastore, ocorreu um fenômeno transitório, que não deverá prosseguir.

Para outros economistas, porém, a inflação brasileira já está no nível de 6% ao mês — o equivalente a 101% em 12 meses, superior aos 91,5% atingidos em março e aos prováveis 91,1% de abril, ainda não divulgados. Aliás, se fosse tomado somente o 1º trimestre, a inflação em 12 meses já poderia ser extrapolada para 120% ao ano; porém, é um dado histórico que a inflação seja maior no início de cada ano, ante o volume de reajustes de inúmeros preços, a começar dos serviços públicos.

Para o economista Paulo Rabello de Castro, há um risco muito grande de a inflação elevar-se se ocorrer uma reativação não consistente. "É essencial — adverte — saber o preço a ser pago por uma recuperação administrada, ante o custo do controle futuro."

O emprego

As taxas de desemprego apontam para estabilidade em fevereiro e março, conforme o IBGE, sendo menores que as de janeiro, na

média. Piorou, porém, a situação de São Paulo, em março, com maior número de pessoas que perderam o emprego e procuravam outro.

O dado de desemprego, porém, é muito parcial. Em primeiro lugar, só é feito nas grandes capitais (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). Em segundo, não incorpora a mão-de-obra nova, que está procurando o primeiro emprego.

Dados da Fiesp indicam que a situação na indústria paulista continua má, apesar da recuperação em relação aos níveis mais baixos da história, atingidos em 81. O nível de emprego no Estado de São Paulo cresceu 0,36% em março, sobre fevereiro.

Balanço de pagamentos

A melhor das contas do balanço de pagamentos — a balança comercial — é superavitária, mas às custas de forte decréscimo nas exportações e nas importações. Aquelas caíram, em dólares, 4,4% e estas, 14,3%. Está quase impossível chegar à meta original de exportar US\$ 28 bilhões e importar US\$ 25 bilhões em 82, como desejavam as autoridades, que já reduziram suas pretensões a US\$ 26 e US\$ 23 bilhões, respectivamente. Chegar a um superávit comercial é muito provável, mas talvez não no nível dos US\$ 3 bilhões desejados.

O Banco Central anunciou que já entraram US\$ 8 bilhões de empréstimos externos até abril, mas as reservas cambiais haviam caído aproximadamente US\$ 500 milhões entre dezembro do ano passado e março (US\$ 7,5 para US\$ 7 bilhões). O conflito anglo-argentino poderá dificultar o crescimento dos empréstimos para os países não-desenvolvidos em geral.

Ainda é difícil avaliar em que medida uma recuperação da atividade econômica vá implicar aumento das importações. Porém, dada a concentração das compras do Exterior em petróleo e para as estatais, uma elevação de 10% nas encomendas, pelo setor privado, seria significativa mas não representaria sequer US\$ 1 bilhão.

Moeda e crédito

A política monetária do governo está cada vez mais frouxa — isto começou no segundo semestre do ano passado e voltou a acentuar-se em abril, depois de um primeiro trimestre com altos e baixos.

As aplicações dos bancos comerciais cresceram, até março, 113,1%, muito acima da inflação, portanto, embora o mesmo não haja ocorrido com o Banco do Brasil. Somados os empréstimos, eles cresceram 95,1%, nos 12 meses terminados em março, acima, portanto, da inflação no mesmo período, enquanto essa evolução era de 68,3% em março do ano passado, contra uma inflação acumulada de 121,2%. Não se pode falar, portanto, em crise de crédito, embora os juros estejam muito elevados — eles subiram, em 82, por causa do aumento da correção monetária, da maior rentabilidade das Letras do Tesouro Nacional e da permanência dos limites de expansão dos empréstimos dos bancos comerciais. **Fábio Pahim Jr.**